

VIVENDO A CONSTITUIÇÃO

O poder
das cidades

Elas podem estabelecer alíquotas diferentes para o imposto sobre combustíveis. E aí virá a confusão.

A instituição do imposto municipal sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos (IVV) vai acabar com a uniformidade nos preços do produto e provocar muita confusão entre os consumidores. Quem afirma isso é o presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Derivados de Petróleo (Sindipetro), Aldo Guarda, para quem a reforma tributária contida na nova Constituição causará sérias distorções no setor de comercialização dos derivados.

Os problemas, segundo ele, começarão já nos próximos meses com a criação pelos municípios das alíquotas do IVV a serem cobradas sobre os combustíveis, exceto o diesel, fixadas, por enquanto, entre zero e 3%. Como a taxa é variável, Aldo teme que cada município adote alíquotas diferentes para a cobrança do IVV, o que provocaria diferenças de preços do combustível pago pelo consumidor entre uma cidade e outra. Em São Paulo, a prefeitura já fixou em 3% a sua alíquota para o IVV e, nos próximos dias, deverá enviar à Câmara Municipal projeto de lei instituindo o novo imposto. Se outros municípios próximos a São Paulo adotarem alíquotas inferiores, o presidente do Sindipetro prevê problemas:

— Se isso ocorrer, haverá uma corrida de consumidores para abastecer seus automóveis nas cidades próximas à Capital onde o álcool e a gasolina seriam mais baratos, o que prejudicaria os revendedores instalados aqui. Por outro lado, os consumidores que abastecessem aqui em São Paulo estariam sendo prejudicados, pois pagariam um preço superior ao de outras localidades, onde o IVV é menor.

Com a alíquota de 3% adotada pela prefeitura para cobrança do IVV, o litro de gasolina em São Paulo passaria de Cz\$ 198,00 para Cz\$ 203,94 e o do álcool de Cz\$ 137,00 para Cz\$ 141,11, caso aquele percentual fosse aplicado sobre o preço de bomba hoje, que já embute os 28% do empréstimo compulsório. Aldo Guarda estima que com essa alíquota para o IVV os 1.700 postos existentes em São Paulo dariam uma arrecadação mensal à prefeitura de US\$ 3 milhões (cerca de Cz\$ 1,1 bilhão). Para garantir essa arrecadação à prefeitura e ao mesmo tempo evitar que o preço dos combustíveis seja aumentado para o consumidor, o presidente do Sindipetro sugere que parte do empréstimo compulsório que é cobrado hoje seja transformada em IVV, de forma a atender a alíquota do imposto estabelecido em cada município sem a necessidade de aumentar o preço do produto para o consumidor.

Distorções

Conforme determina a nova Constituição, a partir de março do ano que vem o imposto único sobre os combustíveis — que hoje corresponde a 10% do preço final do produto — será extinto. Em seu lugar, além do IVV, será cobrado o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), cuja arrecadação será destinada aos Estados. O presidente do Sindipetro acredita que estas alterações — que dependem ainda de leis complementares que as regulamentem — poderão acabar com a unicidade da tarifa dos combustíveis e provocar discrepâncias grandes de preços em diversas regiões do País. "O problema é que o sistema tributário contido na Constituição estabelece que apenas o IVV e o ICM poderão incidir sobre o preço dos combustíveis. Isso praticamente acaba com o Fundo de Unificação de Preços (FUP), instituído em 1976 pelo Conselho Nacional do Petróleo, com o objetivo de estabelecer um preço único para o produto em todo o País", diz Aldo Guarda.

Ele explica que em São Paulo, por exemplo, cerca de Cz\$ 4 dos Cz\$ 198,00 que custa o litro de gasolina são destinados ao FUP, como forma de subsidiar o transporte dos combustíveis para as regiões distantes das refinarias e bases de distribuição. Com as novas regras estabelecidas pela Constituição, o FUP poderá ser interpretado como tributo e deixar de existir, já que apenas o IVV e o ICM serão permitidos.

JÂNIO E A GASOLINA

Como os paulistanos reagem à intenção de Jânio de aumentar a gasolina



"O Brasil todo tem esse tipo de gente maluca. Acho errada essa atitude do prefeito. Quem ele pensa que é? Ele faz e desfaz o que quiser. Qualquer hora ele vai se dar muito mal. Acho que alguém deveria fazer algo para mudar o seu comportamento" (Rosângela Sobrinho, 26 anos, secretária).



"Acho péssima essa atitude do prefeito. Ele vai ajudar a aumentar a inflação aqui na Capital. Alguém deveria fazer alguma coisa contra essa atitude dele... ou até contra ele" (José Geraldo Magela, 37 anos, empreiteiro).



"Esta cidade está virando um caos depois que ele entrou na Prefeitura. O que mais ele pretende aumentar? Será que ele não se enche?" (Clélia de Barros, 50 anos, secretária.)



"O prefeito deveria pôr a mão na consciência e perceber como ele abusa do poder que tem. Acho um absurdo esse aumento. Já não chega a gente pagar mais nos ônibus? O que mais ele pretende fazer para prejudicar os paulistanos?" (Geraldo Lima Tavares, 33 anos, motorista de táxi.)



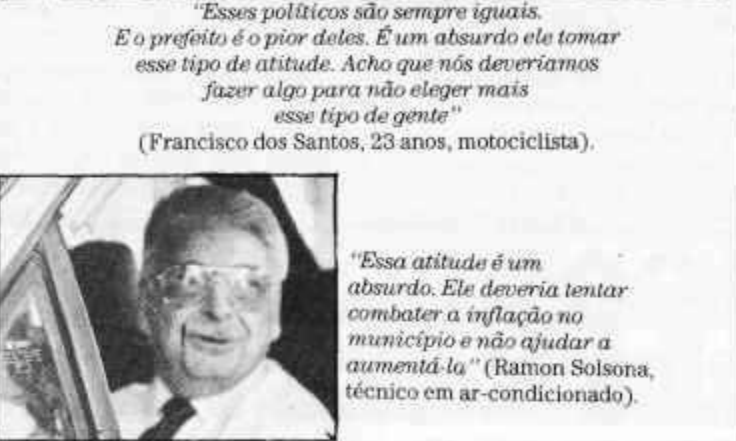
"Ele é um touco e a dona Eloá ainda não percebeu isso. É uma atitude que não tem explicação. Sempre fui contra esse maluco e agora então estou podendo comprovar que eu não estava errada." (Elenice Andrade Cintra, 31 anos, contadora.)



"Esses políticos são sempre iguais. E o prefeito é o pior deles. É um absurdo ele tomar esse tipo de atitude. Acho que nós deveríamos fazer algo para não eleger mais esse tipo de gente" (Francisco dos Santos, 23 anos, motociclista).



"O prefeito não mede consequências para nada. Não vejo a hora de ele sair da Prefeitura e deixar a gente em paz" (Marta Rodrigues, atendente de farmácia).



"Essa atitude é um absurdo. Ele deveria tentar combater a inflação no município e não ajudar a aumentá-la" (Ramon Solsona, técnico em ar-condicionado).

Acabou o
decurso de prazo.
(Mas nem tanto.)

Acabou o decurso de prazo na Câmara Municipal de São Paulo. Mas só até segunda ordem. O juiz Fernando Antônio Ferreira Rodrigues, da 2ª Vara da Fazenda Municipal, concedeu ontem liminar ao mandado de segurança impetrado pelo vereador Marcos Mendonça (PSDB) contra o uso do decurso de prazo no Legislativo municipal. Só que é certo que a prefeitura, como **litis consorte**, tentará cassar a liminar, preservando o decurso nos projetos em tramitação na Câmara. Para isso ela terá 15 dias e até lá todos os projetos da ordem do dia precisarão ser discutidos e votados em plenário.

Sorte da mesa diretora, que ontem deveria se pronunciar a favor ou contra a manutenção do decurso de prazo. Votando a favor, estaria seguindo a ordem interna do prefeito Jânio Quadros — expedida quarta-feira — preservando o decurso de prazo em seus projetos de lei, mas acabaria ganhando uma imagem antipática diante da população; votando contra, entraria em choque com a decisão do prefeito. No meio da reunião (realizada durante a sessão ordinária), onde tomaria uma posição, veio a liminar. "Fomos salvos pelo gongo", desabafou um vereador janista.

A Câmara, agora, não fará nada além de acatar a decisão da Justiça. Se no final do processo, quando a prefeitura recorrer da medida, a Justiça resolver pelo fim do decurso de prazo, a determinação será acatada.

Caso contrário, a manutenção do decurso no Legislativo não recairá nos ombros dos vereadores. Na verdade, dos projetos em tramitação na Câmara Municipal, apenas um pode provocar problemas ao prefeito com a queda do decurso de prazo: o Plano Diretor.

Dos 33 vereadores, 19 estão do lado do prefeito. Só que esse número é insuficiente para votar e aprovar o Plano Diretor, que necessita de maioria absoluta, ou 22 votos. Mantido o decurso de prazo, o PD estará automaticamente aprovado no dia 18 de outubro. O fim do decurso de prazo pode levar o Plano Diretor a só ser discutido e votado na próxima legislatura. O outro projeto polêmico na Câmara é o que institui a correção monetária mensal nas parcelas do IPTU.

Com o decurso, o projeto estará aprovado no dia 1º de dezembro. Sem o decurso os vereadores deverão votá-lo. Mas isso só acontecerá depois das eleições. O que os janistas não querem é assumir, antes de 15 de novembro, um voto favorável a esse aumento do imposto.

A decisão de Jânio de manter o decurso de prazo foi o prato do dia na sessão ordinária de ontem. Não faltaram vereadores dispostos a subir à tribuna para protestar contra o uso "desse instrumento do autoritarismo", como vários frisaram. Comentava-se que, caso a mesa diretora optasse por mantê-lo, os opositoristas iriam à Justiça "para derrubar a decisão e fazer o juiz considerar inconstitucionais todos os projetos de lei aprovados sem votação", como informou Arnaldo Madeira (PSDB). Outra tentativa dos vereadores da oposição será atuar junto à Assembleia Legislativa para que ela revogue o dispositivo da Lei Orgânica dos Municípios.

Até mesmo janistas, como Almir Guimarães (PMDB), colocaram-se contra o decurso de prazo: "O ex-prefeito Mário Covas não o utilizou e isso não impediu a aprovação de seus projetos".

Regina Helena Teixeira

Os alemães revelam suas
preocupações com a nova Carta

Na abertura da XV Reunião da Comissão Mista Brasil—República Federal da Alemanha, ontem, na sede do Itamaraty, em Brasília, o chefe da delegação alemã, Guenter Becker, declarou que teria algumas perguntas a colocar sobre a Constituição brasileira. "Não viemos criticar, mas temos algumas preocupações e esperamos ser compreendidos", afirmou Becker ao embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Itamaraty, que por sua vez tentou mostrar aos alemães que a economia brasileira está crescendo e que o Brasil já deu as condições institucionais — acordo com os credores — para a volta dos investimentos estrangeiros.

A preocupação dos alemães, já manifestada anteriormente por outras delegações, é com as restrições ao capital estrangeiro impostas pela nova Constituição. Esta preocupação, apesar da garantia dada pelo embaixador Paulo Tarso de que a nova Carta prevê o espaço para a cooperação internacional, ainda aflige o grupo alemão Bayer. O diretor da empresa no Brasil, Rolf Loechner, afirmou ontem no Itamaraty que nos próximos três anos a Bayer só investirá no Brasil os seus lucros, cerca de US\$ 150 milhões, porque não pretende entrar com dinheiro novo.

Falta confiança

Na opinião do diretor da Bayer, Rolf

Loechner, o Brasil e outros países sul-americanos ficarão defasados em termos de investimentos estrangeiros. "Nos últimos quatro anos começou a falta de confiança no Brasil", afirmou, acrescentando que nos próximos três anos os investimentos só serão aplicados na manutenção do parque industrial.

Os alemães queixaram-se ainda do enorme superávit brasileiro no comércio entre os dois países. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 1,5 bilhão e importou apenas US\$ 194 milhões da Alemanha Ocidental. Para os alemães, isso deve ser visto como uma contribuição do seu país para o equilí-

rio econômico do Brasil, mas ressaltou que "estes valores podem ser consideravelmente aumentados".

Patentes

O chefe da delegação da Alemanha criticou ainda a política industrial brasileira, segundo admitiu o próprio embaixador Paulo Tarso. Eles foram mais enfáticos ao criticarem a política da indústria farmacêutica do Brasil: "Vocês terão que adotar as patentes destes produtos", afirmou Becker, ao revelar uma certa compreensão com o "jeitinho brasileiro", mas ressaltando que o capital estrangeiro quer ter segurança na transferência de tecnologia.

"É muito importante que os senhores entendam a nossa realidade, compreendam o esforço que estamos realizando e saibam os constrangimentos de uma dívida externa nos impõe. Precisamos dos investimentos estrangeiros", afirmou o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), senador Albano Franco, ao manifestar preocupação com a queda dos investimentos alemães no Brasil a partir de 1983. Albano Franco participou da Reunião da Comissão Mista como chefe da delegação empresarial brasileira. Na interpretação do embaixador Paulo Tarso, apesar das divergências, a reunião apresentou resultados positivos.